

Financiado por:

Iceland
Liechtenstein
Norway grants



ESTEREÓTIPOS NÃO FAZEM O MEU GÉNERO

Manual de Boas Práticas
para profissionais de Educação
Prevenção de estereótipos de
género nas escolhas vocacionais e
profissionais das/os jovens

EDIÇÃO: UMAR, 2024

Margarida Pacheco
Inês da Silva Gomes
Manuela Pereira
Bianca Borges
Margarida Maia
Manuela Tavares
Cátia Pontedeira
Maria João Cunha
Ana Teresa Dias
Camila Iglesias

Operador do programa:

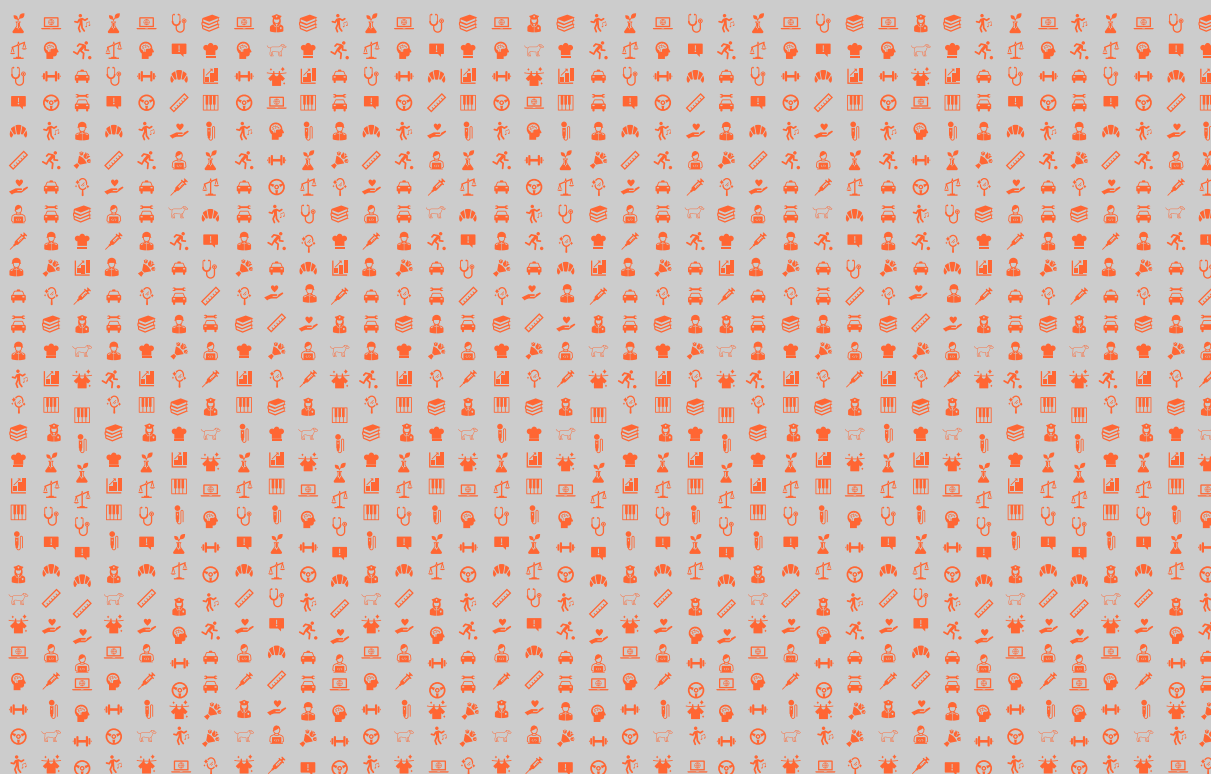


Promotor:



Parceiro:





Projeto Free Choices

Entidade Promotora: UMAR

Entidade Financiadora: EEAGRANTS*

Entidade Operadora: CIG

*Através do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (EEE), a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia. Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do EEE estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants. Os EEA Grants têm como objetivos reduzir as disparidades sociais e económicas na Europa e reforçar as relações bilaterais entre estes três países e os países beneficiários. Para o período 2014-2021, foi acordada uma contribuição total de 2,8 mil milhões de euros para 15 países beneficiários. Portugal beneficiou de uma verba de 102,7 milhões de euros. Saiba mais em eeagrants.gov.pt



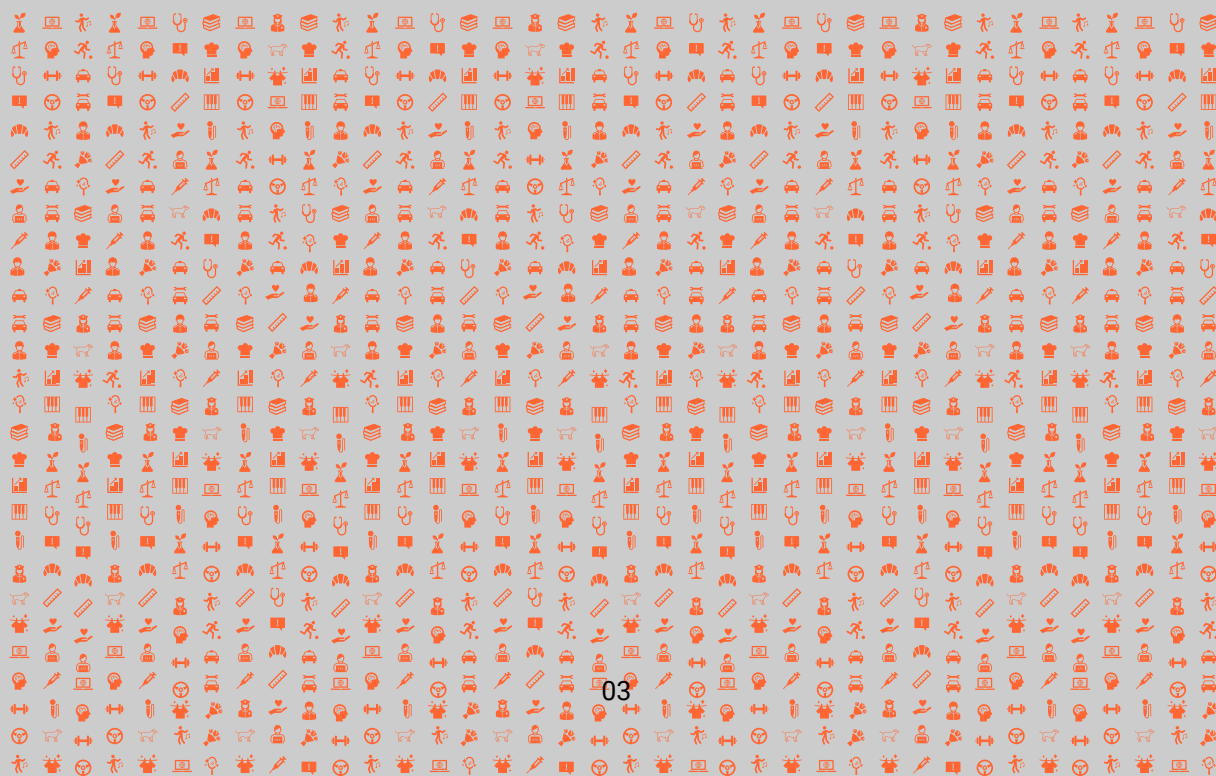
“Hoje eu peço que sonhemos e
começemos a planejar
um mundo diferente.
Um mundo mais justo.
Um mundo de homens e
mulheres mais felizes, mais
autênticos.
Para que isso aconteça
precisamos de criar as nossas
filhas de maneira diferente.
Também precisamos de criar os
nossos filhos de maneira
diferente”.

Chimamanda Ngozi Adichie

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta é uma organização não governamental feminista, fundada em 1976, tendo a sua intervenção sido orientada para os Direitos Humanos e a igualdade de género. Ao longo dos anos a UMAR tem intervindo em várias áreas como o direito à contraceção e ao aborto, a luta contra a violência de género e doméstica, a paridade nos órgãos de decisão política, a memória histórica dos feminismos, prevenção da mutilação genital feminina, a reflexão do ecofeminismo e da interseccionalidade, entre outras áreas. Desde 2004 a UMAR tem vindo a ser pioneira na implementação do Programa de Prevenção Primária da Violência de Género em escolas com crianças de jovens. Desta vasta experiência na prevenção primária em contexto escolar surge o Projeto **Free Choices - Estereótipos não fazem o meu género: escolhas vocacionais e profissionais livres de preconceitos**, financiado através do Mecanismo Financeiro EEA Grants e operado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

O Projeto Free Choices da UMAR teve como principal objetivo implementar um programa de prevenção primária de estereótipos de género e promoção da igualdade de género, focado nas escolhas vocacionais e profissionais, com jovens do 3.º ciclo do ensino básico, em vinte e quatro grupos-turma de oito escolas em Portugal, quatro no distrito do Porto e quatro no distrito de Setúbal. Adicionalmente, o Projeto contribuiu para a capacitação de profissionais da comunidade educativa, tendo implementado quatro ações de formação online promovendo a metodologia Whole School Approach (Magalhães et al., 2022; Magalhães et al., 2020; UNGEI, 2018; Magalhães et al., 2016; Cox et al., 2016; Maxwell & Aggleton, 2014).

Este e-book pretende apoiar as práticas educativas e pedagógicas a desenvolver pelas/os técnicas/os de educação no âmbito da prevenção de estereótipos nas escolhas vocacionais e profissionais das/os jovens, que privilegia uma abordagem holística e interdisciplinar, tendo como objetivo geral o combate à segregação sexual nas escolhas educativas e vocacionais das/os jovens.




Contextualização e reflexão sobre estereótipos de género nas escolhas vocacionais e profissionais

O ciclo de vida de cada pessoa é construído em função de uma multiplicidade de fatores históricos, culturais e sociais. No entanto, ao longo da história, a igualdade de oportunidades e de direitos tem sido diferenciada para grupos sociais distintos. Os sistemas de poder enraizados na sociedade têm privilegiado grupos de pessoas, resultando em múltiplas desigualdades e discriminações. Tendo por base o género como característica, as mulheres têm sido desproporcional e negativamente afetadas em todas as suas esferas da sua vida. Os sistemas de patriarcado e capitalista têm contribuído para agudizar diferenças entre homens e mulheres, especificando que existem diferenças biológicas entre ser homem e ser mulher e, como tal, também deve existir diferenças a nível social. Com base na crença de existência destas diferenças biológicas, desenvolvem-se também estereótipos de género que se vão evidenciando através da socialização. Desde que a pessoa engravida, os estereótipos de género começam a estar presentes, podendo já destacar-se na pergunta “é menino ou é menina?”, demonstrando que a conceção de sexo biológico vai determinar uma construção social diferenciada, consoante o sexo do bebé. A evolução constante dos conceitos de sexo biológico e género tem levado a discussão pública, social e política sobre a limitação que estas definições têm na vida das pessoas quando se considera que os mesmos são sinónimos. O movimento feminista, ao criticar a uniformização dos conceitos de sexo e género e defendendo que o género é uma construção social e, como tal, as diferenças entre rapazes e raparigas são criadas pela sociedade desigual e sexista, fez com que no espaço público e político tenhamos questionado e criticado a limitação tanto para raparigas, como para rapazes. Essas diferenças marcadas pelos estereótipos de género na socialização fazem com que as crianças comecem a desenvolver a sua personalidade e os seus gostos influenciadas pelas crenças sociais de género. Isto vai implicar que as suas escolhas futuras, como por exemplo a forma de vestir, as suas brincadeiras, a maneira como lidam com o seu corpo e sexualidade, o desenvolvimento das relações sociais, o entendimento de emoções e sentimentos e até mesmo as disciplinas que gostam de estudar na escola, sejam baseadas nos estereótipos de género, enfatizando, ainda mais, as desigualdades de género.

Presente no 5.º objetivo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU, 2015), o debate sobre Igualdade de Género e sobre as assimetrias e desigualdades associadas ao género ocupa um lugar central nas preocupações mundiais e europeias em relação aos Direitos Humanos e ao desenvolvimento. Há um amplo consenso de que a educação, especialmente em contexto escolar, desempenha um papel fundamental na capacitação de crianças e jovens com capacidades de reflexão, participação e comprometimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Tendo em vista esta preocupação global com a igualdade de género e os Direitos Humanos, é



fundamental reconhecer o papel da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (conhecida como Convenção de Istambul) como um marco importante nesse contexto. A convenção, ao abordar a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, destaca a necessidade de educação como uma ferramenta essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através de medidas e princípios estabelecidos na Convenção de Istambul, juntamente com o fortalecimento dos sistemas educacionais para promover a igualdade de género e prevenir a violência, podemos garantir que crianças e jovens sejam capacitadas/os com as habilidades de reflexão, participação e comprometimento necessárias para promover uma cultura de respeito e igualdade de género. Dessa forma, esta convenção serve como um guia valioso para orientar os esforços globais na promoção da igualdade de género e na proteção dos direitos humanos, especialmente no contexto educacional.

Em Portugal, o Conselho de Ministros aprovou, a 11 de janeiro de 2018, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual em que foram definidos eixos e orientações estratégicas até 2030, comuns aos três Planos Nacionais de Ação que a Estratégia comporta:

1. Plano nacional de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PNAIMH).
2. Plano nacional de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e violência doméstica (PNAVMVD).
3. Plano nacional de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género e características sexuais (PNAOIC).

No domínio da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, a presente Estratégia reforça o combate à segregação sexual das profissões, a promoção da igualdade salarial e da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, fomentando o diálogo com os parceiros sociais. A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – Portugal + Igual – consolida uma visão estratégica de Portugal no quadro da promoção de políticas públicas de igualdade e de não discriminação como condição de progresso e de desenvolvimento.

Articulando também com a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), que integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e de jovens em Portugal, para que no futuro sejam pessoas adultas cuja conduta cívica privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e também pelos valores de cidadania democrática. Portanto, através da articulação entre políticas públicas de igualdade, estratégias para o mercado de trabalho e programas educacionais, Portugal demonstra um compromisso sólido com a construção de uma sociedade, onde a igualdade e a não discriminação sejam pilares fundamentais do progresso e do desenvolvimento.

Segundo os relatórios de monitoramento global da educação da UNESCO (2023), a recomendação central, para todas as pessoas envolvidas no processo de educação, é de reconstruir o sistema educativo para promover uma educação mais inclusiva para todas/os as/os alunas/os, independentemente da sua identidade, da sua origem ou das suas habilidades. Estes relatórios identificam diferentes formas de exclusão, as suas causas e o que poderá ser feito para a sua eliminação/diminuição. Desta forma, procura-se abrir caminho para sociedades mais resilientes e igualitárias no futuro.

Em Portugal, ao nível do ensino superior as mulheres têm níveis mais elevados de formação. No entanto, continua a existir uma diferenciação notória nas questões de género quando analisamos as áreas académicas em que as pessoas se especializam. As mulheres são minoritárias, por exemplo, em áreas académicas tecnológicas e os rapazes evitam domínios considerados tradicionalmente “femininos” (como educação básica e serviço social). Segundo dados nacionais (Pordata, 2023), a percentagem de raparigas nos cursos superiores referentes às áreas de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção é de 28%, muito inferior à dos rapazes que é de 82%. Nos cursos de Ciências Sociais os rapazes representam apenas 39,7% e as raparigas 60,3%. Já ao nível da Matemática, Ciências e Informática os rapazes representam 59,1% e as raparigas 40,9%, tendo-se registado nos últimos anos uma evolução de raparigas nesta área. As raparigas estão também em maioria em cursos como Artes e Humanidades (61,8%). Segundo dados do estudo exploratório, realizado em 2024, pelo projeto Free Choices, sobre as “Percepções e opiniões de jovens sobre atributos pessoais e escolhas vocacionais e profissionais de homens e mulheres” mais de um terço das/os jovens considera que profissões como personal trainer, profissional de futebol, motorista, piloto e militar são profissões que devem ser exercidas exclusivamente por homens. Pelo contrário, também mais de um terço das/os jovens considera que ser profissional de dança, florista ou profissional de maquilhagem são profissões que devem ser exercidas exclusivamente por mulheres. É importante salientar que 54% das/os jovens mencionaram que profissional de maquilhagem é uma profissão que só as mulheres deveriam exercer.

Estes estereótipos de género no domínio vocacional surgem pelo processo de socialização diferenciado de rapazes e raparigas e por várias influências, como os media, redes sociais, familiares e amigas/os. As assimetrias de género nas escolhas vocacionais determinam que, quando as/os jovens entrarem no mercado de trabalho, se reproduza a sua segmentação sexual com consequências inerentes em termos de desigualdades profissionais, como a desigualdade salarial (ver estudos de Fernandes et al., 2023; Santos & Amâncio, 2014; Silva & Taveira, 2012; Saavedra, 2001).

“A pessoa mais qualificada para liderar já não é aquela que é mais forte. É a mais inteligente, a que tem mais conhecimento, a mais criativa ou a mais inovadora. E para esses atributos não existem hormonas”.


(Chimamanda Ngozi Adichie, 2014)



Orientações pedagógicas e éticas na Prevenção Primária de Estereótipos de Género

Para trabalhar a prevenção primária de estereótipos nas escolhas vocacionais e profissionais com crianças e jovens em contexto escolar é necessário refletir sobre questões éticas e pedagógicas na intervenção com as/os alunas/os:

1. As desigualdades de género são uma violação dos Direitos Humanos e, por isso, é necessário em primeiro lugar refletir sobre o que são, a história e para que servem os Direitos Humanos;
2. A explicação da desigualdade de género a crianças e jovens deve ser realizada de uma forma criativa, reflexiva e através de diálogo;
3. Não é possível falar sobre desigualdade de género sem refletir sobre outras desigualdades e discriminações, como por exemplo, o racismo, classicismo, homofobia, lesbofobia, transfobia, sexismo, machismo, xenofobia, capacitismo, entre outros – é necessário desenvolver uma reflexão pedagógica com base na interseccionalidade;
4. É necessário refletir sobre as múltiplas discriminações, preconceitos e estereótipos e distinguir esses conceitos;
5. É essencial desconstruir conceitos como opressão, privilégio, sistema de poder e sistema de patriarcado;
6. Refletir sobre as desigualdades de género presentes no mundo, mas com foco nas desigualdades presentes em Portugal;
7. Debater historicamente o movimento feminista e o movimento sufragista, identificando ativistas mulheres que lutaram e lutam para a igualdade de género;
8. Explicar que os estereótipos de género não afetam só as raparigas, mas também afetam rapazes;
9. A metodologia pedagógica utilizada deve ser a metodologia de projeto, pois esta coloca a/o aluna/o como protagonista da sua própria mudança;
10. Usar ferramentas pedagógicas que ajudem as/os alunas/os a refletir e debater as suas próprias vivências, experiências, valores e conceções – a arte e os jogos pedagógicos são exemplos positivos na desconstrução de conceções, valores, atitudes e comportamentos que promovam os estereótipos de género.



“A observação, o planejamento, o registro, a documentação e a avaliação constituem-se como etapas fundamentais da intervenção, dado que as percepções das crianças, assim como as suas aprendizagens em relação aos temas desenvolvidos, devem resultar de um processo continuado e interligado de análise e de construção coletiva, em que todas/os as/os intervenientes participem ativamente, cabendo à/ao técnica/o pedagógica/o especializada/o promover formas de comunicação e estratégias promotoras dessa participação”

(Magalhães et al., 2022).

Uma educação livre de estereótipos e promotora de igualdade de género

Compreender que o conceito de género é uma construção social.

Não dividir os brinquedos por género. Todas as crianças podem e devem brincar com todo o tipo de brinquedos.

Não dividir atividades por género. Os rapazes e raparigas devem fazer as mesmas brincadeiras, trabalhos manuais e outros.

As tarefas domésticas devem ser divididas e partilhadas por todas as pessoas da casa.

As cores não têm género.

As características de personalidade e as aptidões para realizar tarefas não têm género.

Incentivar as/os jovens a explorar diversas carreiras e profissões, independentemente dos estereótipos de género associados a estas.

Rever os materiais didáticos utilizados em contexto de sala de aula, de forma a garantir que não reforcem estereótipos de género.

Promover a colaboração com famílias e encarregadas/os de educação, fornecendo recursos e informações sobre como promover a igualdade de género em casa e na comunidade, incentivando reflexões abertas e inclusivas sobre género e diversidade.

Criar espaços seguros e inclusivos independentemente do género, orientação sexual, identidade de género ou expressão de género.

Ler os manuais da UMAR sobre prevenção primária de género nas escolas (ver referências bibliográficas).

Ler os Guiões de Educação, Género e Cidadania da CIG e a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

Desporto

Características
pedagógicas

Cores

Profissões

**NÃO TEM
GÉNERO**

Brincadeiras

Tarefas
domésticas

Vestuário

Atividades/
Interesses

Brinquedos

SOBRE AS CORES

Em primeiro lugar, importa refletir que as cores não têm género, pois apesar de ser um tema muito abordado, ainda se verificam estereótipos neste sentido. Quando é uma bebé menina as cores das roupas, dos brinquedos e do quarto são diferentes de quando é um bebé menino. A construção social de género começa desde aí, quando achamos que as cores mais chamativas, como o rosa, o amarelo, o roxo são cores para meninas e as cores mais neutras, como o cinzento, o azul, o castanho são cores para meninos. Essa diferença verifica-se imediatamente à nascença, mostrando à partida que as vivências de uma menina e de um menino vão ser distintas devido às suas características biológicas.


SOBRE O VESTUÁRIO E EXPRESSÕES

O vestuário é, desde cedo, diferenciado por género. Os rapazes tendem a utilizar fatos de treino, calças e calções, enquanto que as raparigas vestem mais saias e vestidos e utilizam mais frequentemente acessórios. Automaticamente o discurso é diferenciado e começam a utilizar-se expressões como “as meninas são mais vaidosas”, “os meninos são mais aventureiros”, “as meninas devem estar sempre arranjadas”, “os meninos podem sujar-se porque é típico de ser menino”. Acrescem ainda como prejudiciais expressões como “és uma maria rapaz” para as meninas e “deixa de ser queixinhas” para os rapazes, sendo estes exemplos com os quais as crianças crescem, absorvendo-os como sendo uma ideia verdadeira e absoluta.

SOBRE ATIVIDADES, BRINQUEDOS E ESCOLHAS

Relativamente às atividades e brinquedos, observa-se que os estereótipos de género permanecem muito presentes. As meninas desde cedo aprendem a estar mais sossegadas e os meninos a serem mais aventureiros. Às raparigas sugere-se que devem brincar com bonecas, cozinhas, e maquilhagem, tornando mais provável o desenvolvimento de competências como o autocuidado e o cuidado das outras pessoas, a sensibilidade e a preocupação com as tarefas domésticas. Por outro lado, os rapazes são incentivados a jogar futebol, correr, brincar com carros e legos, fazer construções e possibilitando-lhes desenvolverem não só a sua capacidade motora, como a sua capacidade espacial e matemática. Essa diferença notória na educação de rapazes e raparigas faz com que estas/estes comecem desde muito cedo a desenvolver atitudes e comportamentos em que os estereótipos de género estão já vinculados. As próprias escolhas, por exemplo, de atividades extracurriculares e desportos são influenciadas por estes mesmos estereótipos, que estão presentes na família, na escola, na televisão e em todos os contextos de socialização.

Como defende Adichie (2018:31) “os papéis próprios de cada género estão tão profundamente condicionados em nós que frequentemente os seguimos mesmo quando vão contra os nossos verdadeiros desejos, as nossas necessidades, a nossa felicidade”.



A ideia de inteligência é também socialmente construída como os meninos sendo mais inteligentes e as meninas esforçadas. Os rapazes são ainda incentivados a serem os líderes, a falarem mais, a dar sua opinião sobre um assunto, a demonstrar confiança, enquanto que às raparigas são exigidas competências como a sensibilidade, a compreensão e a empatia, que “os rapazes não têm como as raparigas”.

SOBRE O PAPEL DA ESCOLA

A escola tem um papel fundamental, dado que se constitui como o espaço mais democrático da sociedade. Por esta razão é necessário que desde o jardim-de-infância se procure prevenir os estereótipos de género, permitindo que as crianças possam brincar com todo o tipo de brinquedos e jogos, interagindo livremente umas com as outras, em grupos mistos e incentivando tanto raparigas como rapazes a realizarem as mesmas tarefas educativas.

Não trabalhar as questões dos estereótipos atempadamente permitirá um enraizamento dos mesmos logo no jardim-de-infância e no 1.º ciclo, fazendo com que as crianças aprendam e cresçam com uma ideia muito pouco flexível sobre o que deve ser mulher e o que deve ser homem. Considerando a presença dos estereótipos de género nos livros infantis, escolares e de desenhar, nas publicidades, nas novelas, filmes e séries televisivas, as escolhas vocacionais e profissionais serão também limitadas e influenciadas por estes estereótipos. A presença destas crenças acerca dos papéis sociais de género, condicionará as escolhas das crianças, nos diversos domínios das suas vidas, levando a que os rapazes se sintam mais à vontade para realizar atividades desportivas em grupo e as raparigas se tornem mais organizadas e que sejam mais incentivadas a estudar. Assim, tendo em conta todas as dimensões em que os estereótipos de género estão presentes, condicionando as escolhas e comportamentos das crianças na infância, pode-se concluir que os mesmos poderão desencadear crenças enraizadas nas/os futuras/os adolescentes, condicionando e influenciando as suas escolhas vocacionais e profissionais.

As assimetrias de género nas escolhas vocacionais vão determinar que, quando as/os jovens entrarem no mercado de trabalho, se reproduza a sua segregação sexual com consequências inerentes em termos de desigualdades profissionais, como a desigualdade salarial (para mais informações ver estudos de Fernandes et.al, 2023; Santos & Amâncio, 2014; Silva & Taveira, 2012; Saavedra, 2001).

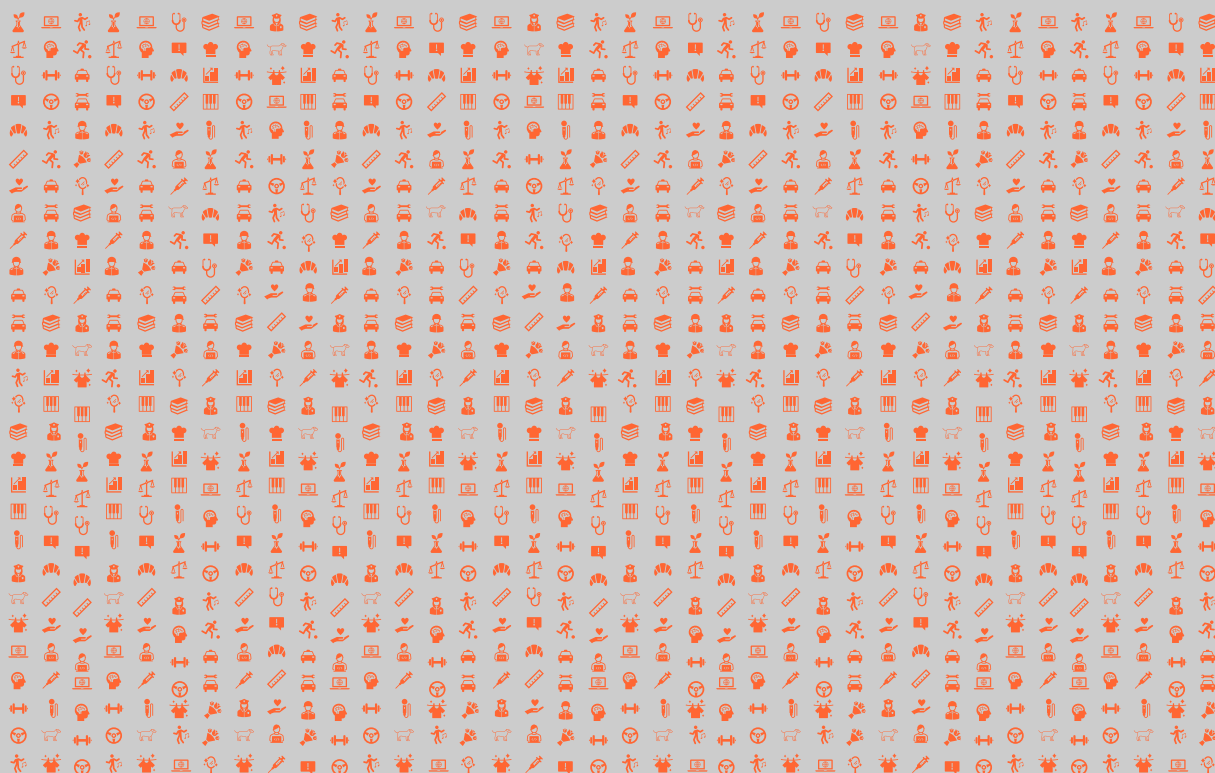
Considerando os estereótipos de género como sendo crenças/pensamentos generalizados sobre determinadas características, tem se vindo a verificar que “há uma tendência para atrair homens para trabalhos mais técnicos e especializados e as mulheres serem mais direcionadas para serviços de cuidado e saúde, como amas, esteticistas ou secretariado” (Rolino et al., 2022:49), em que se “destaca o estereótipo potencial das mulheres para o cuidado de crianças e do lar, o que origina desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho e diferenças no tratamento e de condições para que as mulheres estejam mais representadas em

determinadas profissões” (Rolino et al., 2022:49).

A escola deve criar metodologias e ferramentas pedagógicas para prevenir esses estereótipos, pois toda a socialização e educação continua a ser focada em estereótipos de género, o que faz com que haja a crença que existe profissões consideradas “femininas” e que se acredita que devem ser realizadas por mulheres e profissões consideradas “masculinas” em que a crença é que devem ser os rapazes a desenvolver este tipo de atividade.

É fundamental promover uma educação e uma socialização não estereotipada de género, desde a infância, de modo a desconstruir os estereótipos de género nas escolhas profissionais e vocacionais. Importa investir em formações transformadoras de normas padronizadas de género que promovam uma visão abrangente da igualdade de género e a alteração de atitudes e comportamentos, de forma a impedir a transmissão intra e intergeracional de estereótipos.

A prevenção de estereótipos de género pode e deve ser incutida na educação em casa. No entanto, não se pode descuidar a importância da educação escolar, desde a creche e jardim-de-infância (por esse motivo, ver os Guiões de Educação, Género e Cidadania da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género). É importante que as crianças cresçam livremente e que possam começar a explorar o seu mundo e as suas relações sem estarem condicionadas por estereótipos de género.



“Ensina a tua filha que a ideia de papéis de género é uma tolice. Nunca lhe digas que ela devia ou não devia fazer alguma coisa porque é menina. <Porque és menina> nunca é razão para nada. Jamais.”

(Chimamanda Ngozi Adichie, 2018).



ENSINAR A QUESTIONAR A LINGUAGEM

A comunicação é um instrumento poderoso, pois trata-se de um meio que molda as nossas atitudes, percepções e comportamentos, permitindo refletir sobre o mundo no qual aspiramos viver e trabalhar. Por isso, é fundamental a utilização de uma linguagem inclusiva e a utilização de metodologias e ferramentas pedagógicas de prevenção de estereótipos (exemplos: sessões, campanhas; semanas temáticas; exposições; celebração de datas relativas ao tema; integração no projeto curricular de turma; entre outras).

Uma linguagem sensível à questão do género coloca as mulheres e os homens numa posição de igualdade, sem ocultar nenhum dos géneros nem reiterar percepções estereotipadas dos papéis de cada pessoa em função do género (para mais informações consultar documento sobre Comunicação Inclusiva do Conselho da Europa, 2018).

Neste sentido, para evitar vincar estereótipos de género, existem **algumas expressões a evitar**:

“Pareces uma menina, porta-te como um homem!”

“Deixa-te de mariquices!”

“Não lighes, é da idade”.

De forma a não ofender as pessoas por motivos ligados ao sexo, idade, deficiência, origem étnica, convicções religiosas, identidade de género ou orientação sexual, há que evitar a utilização de termos ou linguagem ofensivos. Se recear dizer algo errado ao falar com alguém ou ao referir-se a uma pessoa, pergunte-lhe como esta prefere ser tratada.

Atualmente ainda é necessário reconhecer que os estereótipos de género estão muito enraizados na sociedade e que, enquanto educadoras/es temos um papel ativo na sua desconstrução. É notório que os estereótipos de género continuam a influenciar as escolhas vocacionais e profissionais de muitas pessoas, limitando o acesso a determinadas áreas e perpetuando desigualdades. Assim, reforça-se a importância de explorarmos uma variedade de estratégias e recomendações para desafiar e desconstruir estereótipos de género na sociedade, mais concretamente nas escolhas vocacionais e profissionais de crianças e jovens, tal como apresentado ao longo do presente guia.

REFLEXÕES FINAIS

É fundamental reconhecer que os estereótipos de género não apenas perpetuam desigualdades, como também limitam o potencial humano e restringem a sua evolução. Ao desafiar esses estereótipos, abrimos caminho para uma sociedade mais inclusiva, diversificada e justa, na qual todas as pessoas têm liberdade de explorar os seus interesses, seguir os seus objetivos e alcançar os mesmos, independentemente do seu género.

Portanto, é imperativo que continuemos a implementar Programas de Prevenção de Estereótipos de Género que sejam sistemáticos e holísticos, para que se possa promover uma educação, conscientização e mudança cultural no que respeita às escolhas profissionais e vocacionais segregadas por género. Devem ser criados espaços que promovam a diversidade e não restrinjam experiências baseadas no género, permitindo assim a existência de um mundo mais igualitário, promovendo uma cultura de respeito, igualdade e diversidade nas nossas escolas, locais de trabalho e comunidades. Devemos capacitar as/os jovens desde cedo a explorar uma ampla gama de interesses e habilidades, livres de quaisquer limitações impostas por expectativas de género enraizadas.

Em suma, ao adotar as estratégias e recomendações presentes neste guia de boas práticas para profissionais de educação, não só estamos a promover um futuro onde todas as pessoas tenham a liberdade de seguir os seus sonhos, mas também estamos a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e livre. É nossa responsabilidade continuar este caminho, capacitando toda a comunidade educativa a alcançar o seu potencial, independentemente de seu género, e criando um mundo onde a diversidade é valorizada e celebrada de todas as suas formas.

E se educássemos as crianças para compreenderem que existem diferenças na sociedade, mas os direitos são iguais?

E se educássemos as crianças a gerir as suas emoções?

E se educássemos as crianças para que se foquem livremente nos seus gostos e interesses?

E se fizéssemos tudo isso, sem focar no género?

E se fizéssemos tudo isto, educado para a liberdade de escolha e decisão?

Referências Bibliográficas

- Adichie, C.N. (2018). *Querida Ijeawele - Como educar para o feminismo*. Alfragide, Dom Quixote.
- Adichie, C.N. (2020). *Todos devemos ser feministas*. 1ª Edição Ilustrada. Alfragide, Dom Quixote.
- Cardona, M.J. (coord.), Nogueira, C., Uva, M., & Tavares, T. (2010). *Guião de Educação, Género e Cidadania: Educação Pré-Escolar*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Cardona, M.J. (coord.), Nogueira, C., Vieira, C., Piscalho, I., Uva, M., & Tavares, T. (2011). *Guião de Educação, Género e Cidadania: 1º Ciclo*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Conselho da Europa (2011). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica. <https://rm.coe.int/168046253d>
- Conselho da União Europeia (2018). Comunicação Inclusiva no SGC, Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2860/09975>
- Cox, E., Leung, R., Baksheev, G., Day, A., Toubmourou, J. Miller, P. Kremer, P., & Walker, A. (2016). Violence Prevention and Intervention Programmes for Adolescents in Australia: A Systematic Review, *Australian Psychologist*, 51, 206–222. doi: [10.1111/ap.12168](https://doi.org/10.1111/ap.12168)
- Fernandes, A.M. (coord.), Marvão, L., & Miguel, S. (2023). *Igualdade de Género em Portugal: Boletim Estatístico 2023*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Magalhães, M. J., Teixeira, A.M., Dias, A.T., Cordeiro, J., Silva, M., & Mendes, T. (2017). *Prevenir a violência, construir a igualdade*. Porto: UMAR.
- Magalhães, M. J., Pacheco, M., Maia, M., Dias, A.T., Iglésias, C., Beires, A., Mendes, T., Pontedeira, C. & Wiedemann, A. (2020). *Violências e violência de género: prevenção primária na escola*. Porto: UMAR.
- Magalhães, M. J., Pacheco, M., Maia, M., Martins, J., Ferreira, V., Dias, A.T., Mendes, T., Wiedemann, A., Jasmins, C., Gouveia, C., Pontedeira, C., Beires, A., Bento, B., Iglésias, C., & Ribeiro, P. (2022). *Violências e violência de género: prevenção primária com crianças do jardim de infância e 1º ciclo*. Porto: UMAR.
- Maxwell, C., & Aggleton, P. (2014). Preventing violence against women and girls: a whole-school approach. In J. Ellis & R. Thiara (Eds.) *Preventing violence against women and girls: Educational work with children and young people* (pp. 103-120). Bristol: Policy Press.
- Monteiro, R. (coord.), Ucha, L., Alvarez, T., Milagre, C., Neves, M.J., Silva, M., Prazeres, V., Diniz, F., Vieira, C., Gonçalves, L.M., Araújo, H.C., Santos, S.A., & Macedo, E. (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Projetos_Curriculares/Aprendizagens_Essenciais/estrategia_cidadania_original.pdf

- Organização das Nações Unidas (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.
<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- Pinto, T. (coord.), Nogueira, C., Vieira, C., Silva, I., Saavedra, L., Silva, M.J., Silva, P., Tavares, T., & Prazeres, V. (2015). *Guião de Educação, Género e Cidadania: 3º ciclo*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Pomar, C. (coord.), Balça, A., Conde, A.F., García, A.M., García, A.M., Nogueira, C., Vieira, C., Saavedra, L., Silva, P., Magalhães, O., & Tavares, T. (2012). *Guião de Educação, Género e Cidadania: 2º ciclo*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Pordata (2023) Estatísticas sobre Portugal e a Europa - Alunos Matriculados do Ensino Superior.
<https://www.pordata.pt/subtema/portugal/alunos+matriculados+do+ensino+superior-74>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018. *Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual*. Diário da República n.º 97, 1ª Série.
<https://www.cig.gov.pt/estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030-portugal-igual/>
- Rolino, T., Mascarenhas, M., Pereira, R., & Oliveira, M. (2022). *Estudo sobre os estereótipos de género nas escolhas profissionais*. Lisboa, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Saavedra, L. (2001). Sucesso/insucesso escolar: a importância do nível socioeconómico e do género. *PSICOLOGIA*, 15(1), 67–92. <https://hdl.handle.net/1822/4415>
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Perceção de justiça, discriminação e sexismo. *PSICOLOGIA*, 28(1), 67–81. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i1.623>
- Silva, A.D. & Taveira, M.C. (2012). Educação e desenvolvimento de carreira das mulheres. *Ex aequo*, 25, 165-178. <https://scielo.pt/pdf/aeq/n25/n25a13.pdf>
- Tavares, M., Pontedeira, C., Cunha, M.J., Gomes, I., Pereira, M., Maia, M., Pacheco, M., Borges, B., Dias, A.T., & Vieira, I. (2024). *Percepções e opiniões de jovens sobre atributos pessoais e escolhas vocacionais e profissionais de homens e mulheres*. Edições UMAR.
- UNESCO (2023). *Global Education Monitoring Report 2023: Technology in education: A tool in whose terms?*. Paris, UNESCO
- UNGEI (2018) *A Whole School Approach to Prevent School-Related Gender-Based Violence: Minimum Standards and Monitoring Framework*. United Nations Girls' Education Initiative.
<https://www.icmec.org/wp-content/uploads/2018/09/Whole-School-Approach-to-Prevent-SRGBV-Minimum-Standards-Framework-UNGEI.pdf>
- Vieira, C.C. (coord.), Nogueira, C., Henriques, F., Marques, F.M., Vicente, F.L., Teixeira, F., Coelho, L., Duarte, M., Loureiro, M.H.D., Silva, P., Monteiro, R., Tavares, T., Pinto, T., Tubidy, T., & Ferreira, V. (2017). *Guião Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

FREE CHOICES

食 山 樂 會 藝

Designer Gráfico: Jason Diniz

